

Representações e configurações de família: um estudo com crianças de uma escola pública da cidade do Recife

Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas*
Ariane Mendes Ribeiro**, Lucila Leal Barbosa**

Resumo

Esta pesquisa teve como objetivo investigar a relação entre as configurações e as representações de família em crianças de uma escola pública da cidade do Recife. Utilizamos dois instrumentos: o teste do Desenho de Família com Estórias (DF-E), aplicado a 15% das crianças de 6 a 11 anos do turno da manhã da referida escola, e a Entrevista do Genograma realizada com um dos pais das crianças ou um adulto que desempenhasse esse papel junto a elas. Os resultados do DF-E mostram que o tipo de representação predominante é o nuclear (50%), seguido pelo modelo de família extensa (38%), monoparental (6%) e abrangente (6%). Os resultados do Genograma mostram vários tipos de configurações familiares, sendo o predominante o nuclear (40,9%), seguido da extensa (24,5%), recasada (16,3%), monoparental (14,3%), e abrangente (4,1%). Constatamos que há correspondência entre as formas predominantes de representação e as configurações familiares, porém há mais tipos de configurações familiares do que as crianças conseguem representar.

Palavras-Chave: criança, representação, configuração familiar.

FAMILY REPRESENTATIONS AND CONFIGURATIONS: A STUDY ON CHILDREN FROM A PUBLIC SCHOOL IN THE CITY OF RECIFE

Abstract

This study sets out to investigate the relationship between family configurations and representations for children attending a public school in the city of Recife. We used two instruments: the Picture Story-telling Test (DF-E, in Portuguese), applied to 15% of the 6-11 year-old children

* Maria Cristina Lopes de Almeida Amazonas é professora do Mestrado em Psicologia Clínica e da Graduação em Psicologia na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). É doutora em Filosofía y Ciencias de la Educación, sección Psicología, dentro do Programa Saúde e Família pela Universidade de Deusto, Bilbao, Espanha. Endereço: Rua do Futuro, 77, apto 1201, Graças, Recife, Pernambuco. E-mail: crisamaz@elogica.com.br

** Ariane Mendes Ribeiro e Lucila Leal Barbosa são alunas da graduação em Psicologia e bolsistas do Programa de Iniciação Científica da UNICAP (PIBIC-UNICAP).

of the morning class of that school, and the Genogram Interview undertaken with one of the children's parents or an adult who assumes this role towards them. The results of the DF-E show that the predominant type of representation is the nuclear one (50%), followed by the extended family model (38%), single-parent (6%) and wider family [including non-relatives], (6%). The results of the Genogram show various types of family configurations. The nuclear one (40,9%) is predominant, followed by the extended family (24.5%), the reconstructed family (16.3%), single-parent (14.3%), and that wider family [including non-relatives], (4.1%). We report that there is a correspondence between the predominant forms of representation and the family configurations. However, there are more types of family configurations than the children manage to represent.

Key Words: Child, representation, family configuration.

Introdução

Quais as conseqüências para o psiquismo de uma criança viver numa configuração familiar distinta do modelo de família que lhe é transmitido através da cultura como sendo a família ideal?

Foi essa a preocupação que nos moveu a realizar esta pesquisa na cidade do Recife, situada na região nordeste do Brasil.

Sabemos que, na atualidade, é grande o número de diferentes configurações familiares (entendemos por configuração familiar “o modo como se dispõem e se inter-relacionam os elementos de uma mesma família” [OSÓRIO, 1996, p. 53]). Os meios de comunicação de massa, jornais, revistas, televisão, etc. todos os dias nos informam a esse respeito. Em nossas atividades, quer seja na clínica, na escola ou mesmo nas relações sociais, isso também é confirmado. São famílias monoparentais, decorrentes de descasamentos, de maternidade adolescente, de “produção independente”; famílias de homossexuais; famílias de recasados com filhos de ambos os cônjuges, etc. Nunca

convivemos em tal intensidade com a diferença. Por outro lado, no que se refere à família, o modelo que nossa sociedade ainda transmite aos seus membros parece ser o de família nuclear (pai, mãe e filhos), talvez numa tentativa de conservar antigos valores, ou pela dificuldade que tem o homem de aceitar o novo, principalmente quando o novo surge a cada dia, a cada momento.

Na transmissão desse modelo de família, uma instituição em especial, a escola, parece ser de grande importância, principalmente quando se trata de crianças. Analisando alguns livros didáticos, textos, materiais didáticos e observando algumas atividades desenvolvidas em escolas, vemos que, apesar de já existir uma tentativa de transmitir um novo conceito de família que enfatize, como principal característica, o amor, a cooperação, o entendimento e o respeito mútuo que une os seus membros e de se mencionar o fato de existirem diferentes tipos de famílias, o modelo de família que ainda predomina nesses livros e nessas atividades e que é transmitido às crianças, é o nuclear. Trata-se daquilo que Sérvulo Figueira (1987) chama de “sociologicamente invisível”, isto é, através do imaginário, das emoções e da construção da identidade mantêm-se no sujeito representações que são ligadas a um conjunto de valores mais primitivo (no caso, configurações de famílias anteriores) de forma invisível (tanto do ponto de vista sociológico, porque cada vez mais ausentes da sociedade, pelo menos em certos grupos sociais – quanto do ponto de vista psicológico – porque remetidos a um nível mais inconsciente e abstrato). Ao mesmo tempo, esse sujeito vai conviver com outro conjunto de valores mais recentes (configurações de famílias atuais) que são visíveis tanto do ponto de vista da sociedade quanto do sujeito.

Desse modo, perguntamos-nos: será que há alguma mudança no modo de representar a família, nas crianças atuais, ou ainda se mantém também, nelas, o modelo de família nuclear? Será que as configurações familiares em que vivem essas crianças estão, de fato, tão diversificadas quanto pensamos ou ainda há uma predominância de famílias constituídas no modelo nuclear? Mais especificamente, interessava-nos levantar essas questões, em relação a crianças advindas de uma escola pública, que, em nossa realidade, se caracterizam por pertencerem a comunidades de baixa renda.

O conceito de representação que vamos tomar aqui é decorrente da perspectiva pós-estruturalista e da chamada “filosofia da diferença”. O pós-estruturalismo questiona a noção clássica de representação uma vez que concebe a linguagem e, por extensão, todo sistema de significação, como uma estrutura instável e indeterminada (HALL, 2000). Para esta posição teórica, uma “representação é concebida unicamente em sua dimensão de significante, isto é, como sistema de signos, como pura marca material” (HALL, 2000, p. 90). Desse modo, são descartados da representação os pressupostos realistas e miméticos associados com sua concepção filosófica clássica. Essa perspectiva teórica considera que, por meio das representações, a identidade e a diferença se ligam a estruturas de poder. As identidades são descritas e a linguagem é performativa (AUSTIN, 1990). A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos

tornar (SILVA, 2000). Desse modo, ao representarmos a família no modelo nuclear, geralmente distinto da configuração familiar dessas crianças, estamos mais que estabelecendo a diferença; estamos, também, estabelecendo relações de poder. Isso pode significar para as crianças pertencentes a configurações familiares distintas perceberem-se “diferentes”, e nossa sociedade não costuma lidar bem com a diferença. Ao representarmos a família como nuclear, transmitimos um conceito de família e, com isso, não somente apagamos as diferenças concretas como também transmitimos valores relacionados ao que é “normal” e “anormal”, “bom” e “mau”, “certo” e “errado” (DERRIDA, em SANTOS, 1986).

Foram esses os motivos que nos levaram a investigar se há relação entre as representações e as configurações de família em crianças de uma escola pública da cidade do Recife.

Para investigar as configurações de família existentes nessa população, iniciamos procedendo a um levantamento bibliográfico dos principais tipos de configurações de família já definidos pela literatura. São eles: a família nuclear, constituída por pai, mãe e filhos biológicos (OSÓRIO, 1996; BELL, 1975 citado por CERVENY, 2000); a família extensa, formada por pai, mãe, filhos e mais algum membro que tenha qualquer laço de parentesco. Esse tipo de família pode ser “vertical com três ou mais gerações, ou lateral: pela adoção de outras unidades nucleares” (GOODE, 1964 em CERVENY, 2000, p. 22); família abrangente, compreendendo pai, mãe, filhos e pessoas não parentes, que coabitem (OSÓRIO, 1996); família monoparental, constituída por um dos pais e respectivos filhos (OSÓRIO, 1996); família de recasados, constituída por novas uniões a partir de casamentos desfeitos e família adotiva, também cha-

mada de “família substituta” (CERVENY, 2000, p. 22), aquela que abriga uma ou mais pessoas, com as quais pode ter ou não laços de parentesco, assumindo responsabilidades afetivas e financeiras sobre ela (OSÓRIO, 1996; ALVARENGA, 1999).

Quanto ao modelo denominado de “família adotiva” ou “família substituta”, compreendemos que a adoção pode ser mais bem definida como um modo de filiação, uma vez que pode se dá em qualquer configuração familiar, desde a nuclear até as famílias formadas por casais homossexuais, como vem acontecendo na atualidade. Desse modo, para nós, esta não se caracterizaria, a despeito da denominação recebida por esses autores, como um modelo ou configuração de família.

Essas descrições de formas familiares foram tomadas para orientar a investigação, porém não descartamos a possibilidade de encontrar configurações familiares, entre nossos pesquisados, distintas das que a literatura vem, até o momento, apontando.

O caminho percorrido

Participantes

Participaram da pesquisa 50 crianças, de ambos os sexos, numa faixa etária de 06 a 11 anos, estudantes do turno da manhã, de uma escola pública da cidade do Recife, e um de seus pais. A amostra foi selecionada aleatoriamente. Essas crianças pertencem a famílias moradoras de comunidades de baixa renda (mães empregadas domésticas, faxineiras, diaristas, etc. pais desempregados ou empregados em atividades do tipo vigias, zeladores, auxiliar

de serviços gerais, etc; morando em casas de alvenaria, porém de um ou dois cômodos).

Instrumentos

Utilizamos, como instrumento, o procedimento do Desenho da Família com Estória (DF-E), seguindo a orientação desenvolvida por Trinca (1997). O procedimento foi utilizado não com finalidade diagnóstica, mas como técnica de investigação das representações de família das crianças. Outro instrumento que utilizamos foi a Entrevista do Genograma, seguindo o roteiro sugerido por Mc Goldrick e Gerson (1995), porém, adaptando-o para nossas finalidades. Essa entrevista permite descrever a configuração familiar.

Procedimento de coleta de dados

Ambas as técnicas foram aplicadas individualmente. No caso do DF-E, foram aplicados às crianças na própria escola, em horário de aula. As aplicações das Entrevistas do Genograma foram feitas, na maioria das vezes, com as mães das crianças e, na ausência destas, com o pai ou um adulto que assumisse o papel de mãe ou pai junto às crianças. Esses participantes foram entrevistados quase sempre, na própria escola; em alguns casos, a entrevista ocorreu na casa do entrevistado.

Tanto as entrevistas quanto as histórias contadas pelas crianças foram gravadas em fita cassete.

Procedimento de análise dos dados

As representações foram analisadas através dos Desenhos das Famílias com Estórias e as Configurações através das Entrevistas do Genograma. Na análise do DF-E, foi adotado o critério de juízes, por se tratar de uma técnica projetiva. Cada caso foi analisado por dois juízes e, quando aconteceu discordância no julgamento entre eles foi convocado um terceiro juiz. A análise foi realizada em dois momentos: uma análise geral dos casos e uma análise por faixas etárias: 6 – 7 anos; 8 – 9 anos; 10 –11 anos.

Análise e discussão dos resultados

Análise geral dos casos das representações e configurações familiares

Nas tabelas 1 e 2, que se seguem, apresentaremos os resultados das representações e configurações de família encontrados no total de nossa amostra.

TABELA 1

Representação familiar de crianças de 06 a 11 anos. Escola Pública D.R. Recife, nov/dez, 2001

TIPOS DE FAMÍLIA	PERCENTUAIS (%)
Nuclear	50
Extensa	38
Monoparental	6
Abrangente	6
Total	100

FONTE: Elaborada pelas pesquisadoras a partir dos dados coletados na Escola Pública D.R.

Os resultados da análise dos DF-E mostram que dos tipos de família descritos na literatura, apenas quatro foram encontrados entre as representações de família das nossas crianças: família nuclear, extensa, monoparental e abrangente. O modelo de família predominante foi o nuclear (50%), seguido pelo modelo de família extensa (38%), monoparental (6%) e abrangente (6%).

TABELA 2

Configuração familiar de crianças de 06 a 11 anos. Escola Pública D.R. Recife, nov/dez, 2001

TIPOS DE FAMÍLIA	PERCENTUAIS (%)
Nuclear	40,9
Extensa	24,5
Monoparental	14,3
Abrangente	4,1
Recasada	16,2
Total	100,0

FONTE: Elaborada pelas pesquisadoras a partir dos dados coletados na Escola Pública D.R.

Quanto às configurações familiares analisadas através da Entrevista do Genograma, os dados demonstram que a forma predominante de família era a nuclear (40,9%), seguida pela família extensa (24,5%), recasada (16,2%), monoparental (14,3%), adotiva (8,2%) e abrangente (4,1%).

Quando comparamos os dados, cruzando as formas de representação com as configurações, constatamos que há uma concordância entre a forma de representação e a configuração predominante (família nuclear). Apesar disso,

há um maior percentual de crianças que representa a família como nuclear (50%) do que as que vivem nesse modelo (32,7%). Há, também, mais tipos de configuração de família do que os representados pelas crianças. Isso demonstra que, apesar da diversidade encontrada nas formas familiares vivenciadas na atualidade, o modelo hegemônico ainda é o de família nuclear, e isso é passado às crianças através do processo de socialização, levando-as a representar a família, predominantemente, de acordo com esse modelo. Esse fato também nos leva a pensar que a diversidade de formas familiares encontradas na atualidade ainda não está devidamente legitimada e, dessa forma, as crianças não conseguem representá-la.

Análise por faixas etárias das representações e configurações familiares

Nas tabelas 3 e 4, apresentaremos os resultados das representações e das configurações familiares, por faixa etária.

TABELA 3

Representação familiar de crianças por faixa etária. Escola Pública D.R. Recife, nov/dez, 2001

FAIXA ETÁRIA	06 – 07 (%)	08 – 09 (%)	10 – 11 (%)	TOTAL (%)
TIPOS DE FAMÍLIA				
Nuclear	35.7	52	63,3	50
Extensa	50	40	18,2	38
Monoparental	0	8	9,1	6
Abrangente	14,3	0	9,1	6

FONTE: Elaborada pelas pesquisadoras a partir dos dados coletados na Escola Pública D.R.

Na faixa etária de 06-07 anos, a representação predominante foi a de família extensa (50%), já o modelo de família nuclear predominou nas outras faixas etárias (08-09 e 10-11 anos) com 52% e 63,3%, respectivamente.

Os dados revelam que, à medida que as crianças aumentam em idade, aumenta também o número das que representam a família como nuclear, o que ratifica a influência do modelo de família socialmente hegemônico.

Apesar de um número reduzido de crianças representar a família como monoparental (6%), as que assim procedem são, na maioria, da faixa etária de 10-11 anos, não havendo nenhuma criança da faixa etária 06-07 anos que tenha representado a família como monoparental. Podemos relacionar esse fato com as transformações que a instituição familiar vem sofrendo nas últimas décadas; as separações freqüentes entre os casais, levando as mulheres (ou homens) a criarem seus filhos sem a presença da figura do sexo oposto, o que exerce algum tipo de influência sobre as representações das crianças. Além disso, o fato de serem justamente as crianças de mais idade as que representam a família como monoparental, nos leva a pensar que, à medida que os filhos crescem, as separações entre os casais se tornam mais freqüentes, e isso acaba por exercer influência no modo de essas crianças representarem a família.

Na faixa etária de menor idade (06-07 anos) vai aparecer o maior número de representações de família abrangente (14, 3%), ainda que esse tipo de família, no geral, tenha sido pouco representado (6%). Isso pode estar relacionado com a solidariedade necessária à sobrevivência nesse tipo de população (baixa renda), cujos cuidados com as crianças, ainda muito pequenas, necessitam ser compartilhados por todos: pai, mãe, irmão, tio, madrinha e,

até mesmo, vizinhos. Essa extensão dos cuidados às crianças para fora do âmbito restritamente familiar demonstra a tênue divisão entre a casa e a rua quando se trata de populações carentes. O convívio mais freqüente dessas crianças com avós, tios, etc. pode exercer influência no modo de elas representarem à família.

TABELA 4

Configuração familiar de crianças de 06 a 11 anos. Escola Pública D.R. Recife, nov/dez, 2001

FAIXA ETÁRIA	06 – 07 (%)	08 – 09 (%)	10 – 11 (%)	TOTAL (%)
TIPO DE FAMÍLIA				
Nuclear	50,0	33,3	46	40,9
Extensa	14,3	29,2	27	24,5
Monoparental	14,3	16,7	9	14,3
Abrangente	7,1	0	9	4,1
Recasada	14,3	20,8	9	16,3

FONTE: Elaborada pelas pesquisadoras a partir dos dados coletados na Escola Pública D.R.

Quanto às configurações de família existentes entre essa população, também as analisamos por faixa etária. Como podemos ver, a configuração de família nuclear prevalece nas três faixas etárias. Esse predomínio se destaca nas faixas etárias de 06-07 anos (50,0%) e de 10-11 anos (46%). Em crianças de 8-9 anos, apesar de permanecer como predominante a família nuclear (33,3%), nesse caso, vem seguida de perto pela família extensa (29,2%).

Na faixa etária de 06-07 anos, as demais configurações se distribuem equitativamente (extensa, monoparental e recasada com 14,3%), excetuando-se a família abrangente

(7,1%), que aparece numa pequena parcela da amostra.

Em crianças de 08-09 anos, as formas de família que existem, além da nuclear e extensa, são a recasada (20,8%) e a monoparental (16,7%). Nessa faixa etária, nenhuma família apresenta a configuração de família abrangente.

Na faixa etária de 10-11 anos, a família extensa aparece em segundo lugar (27%) e as configurações de família abrangente, monoparental e recasada se apresentaram distribuídas, na amostra, de forma equitativa (9% dos casos, cada uma).

Considerações finais

Nossos dados revelam que a família pobre que encontramos em nossa pesquisa não corresponde a alguns estereótipos e representações sociais costumeiramente relacionados a ela. Muitas das crenças construídas historicamente pelas elites e difundidas na sociedade, ainda persistem (NEDER, 2000). Assim, a nossa expectativa é a de que as famílias das camadas populares se constituam por relações instáveis, algumas vezes definidas como monogamia seriada, isto é, as mulheres trocariam frequentemente de parceiros e, no intervalo das trocas, essas famílias se constituiriam como monoparentais. Em nossos dados, o índice de recasamento é pequeno em relação ao de famílias nucleares e constituídas pelo primeiro relacionamento do casal. Do mesmo modo, também é reduzido o número de famílias monoparentais. Esse dado contraria a expectativa anteriormente citada.

Outro dado relevante é o de que, em nossa amostra, foi encontrado um índice reduzido de famílias abrangentes,

contrariando as expectativas socialmente construídas de que “em virtude da pobreza, estas famílias tenderiam a se agrupar, vivendo simultaneamente várias gerações no mesmo domicílio” (aspas nossas). Assim, chama a atenção o fato de encontrar, nessa população, um predomínio de famílias nucleares.

No entanto, é importante salientar que, devido ao limite de nossa amostra (apenas uma escola), não é possível generalizar esses resultados. Sendo assim, esse estudo foi considerado como uma pesquisa piloto e já está sendo estendido para toda a cidade do Recife. Nossas conclusões provisórias (a partir dos dados dessa amostra) podem ser sintetizadas da seguinte forma:

- 1) há um predomínio de representação do modelo de família nuclear;
- 2) ainda há um predomínio da configuração de família nuclear;
- 3) apesar de haver uma concordância entre a representação de família predominante e a de configuração, é bem maior o número de crianças que representam a família como nuclear do que as que vivem nesse tipo de família. Isso, como já vimos, vem confirmar nossas suposições, de que há uma influência de um modelo pré-estabelecido socialmente que não corresponde à realidade.
- 4) Há mais tipos de configurações de família do que os representados pelas crianças, indicando que a realidade familiar se encontra mais diversificada do que elas conseguem representar.

Essas conclusões nos levam a pensar que a realidade familiar exige maior reflexão. A diversidade encontrada nas configurações familiares não se encontra ainda legiti-

mada pela sociedade e isso produz conflitos nas crianças que vivem em modelos distintos daquele hegemônico (a família nuclear). Podemos dizer da família o mesmo que diz Daniela Ropa (1994) a respeito de nossas sexualidades. A união familiar poderia representar um potencial para a escolha, para a mudança e para a diversidade. No entanto, nós a transformamos num destino, naquilo que mais nos aprisiona. Num destino para “nós” (aqueles que constituem a forma familiar nuclear) e num inferno para os “outros” (os diferentes), para os que ousaram questionar os limites da prisão. É uma prisão que pode ser entendida como um fechamento identitário, em que um grupo tende a afirmar sua identidade em confronto a outros grupos; estes são rebaixados, vistos como inferiores. O mecanismo que move esse funcionamento é denominado por Freud (In ROPA, 1994), *narcisismo das pequenas diferenças*. Pode-se chamar de pequenas diferenças o fato de uma organização familiar ter a presença do pai biológico e outra a de um padrasto, por exemplo, visto que o importante, nessas organizações familiares, é a qualidade dos vínculos estabelecidos entre seus membros. São pequenas diferenças, mas apegamo-nos a elas na construção de nossas identidades, levando à exclusão que discrimina e que toma uns como superiores a outros.

Acreditamos ser necessário não apenas tolerar a diferença, mas politizá-la, desvelando as formas como elas são produzidas na sociedade e na cultura. Pensar a família seria, desse modo, contextualizá-la. Como diz Amazonas (2001:3) (...) *a família seria um lócus de contingências, ou seja, um lugar sempre aberto a novos dizeres*. O conceito de família não seria da ordem do “já pronto”, ele pertence às redes discursivas e é, portanto, da ordem da construção e da reinvenção humana.

Referências

AMAZONAS, M. C. L. A. **Uma redescritção de família e a função paterna.** Texto apresentado em uma mesa redonda sobre “Família contemporânea: aspectos psicossociais e jurídicos” durante a 2ª Mostra de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão, Departamento de Psicologia, UNICAP, Recife, Mimeo, 2001.

ALVARENGA, L. L. Adoção e mitos familiares. In: **Casal e família: entre a tradição e a transformação.** Terezinha Féres-Carneiro (Org.). Rio de Janeiro: NAU Editora, 1999.

AUSTIN, J. L. **Cómo hacer cosas con palabras.** Barcelona: Ediciones Paidós, 1990

CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CERVENY, C.M.O. **A família como modelo:** desconstruindo a patologia. São Paulo: Editora Livro Pleno, 2000.

FIGUEIRA, S. O “moderno” e o “arcaico” na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social. In: **Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira.** Sérvulo Figueira (Org.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

HALL, S. Quem precisa da identidade? In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Tomaz Tadeu da Silva (Org.). Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000, p. 103-133.

NEDER, G. Ajustando os focos da lente: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: **Família brasileira: a base de tudo**. Silvio Manoug Kaloustian (Org.) São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 2000, p. 26-46.

OSÓRIO, L. C. **Família hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

SANTOS, J. F. **O que é pós-moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Tomás Tadeu da Silva (org.). Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000, p. 73-102.

ROPA, D. **Ela é ... o que você quiser**". Jurandir Freire Costa (org.). Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 169-179.

TRINCA, W. (Org). **Formas de investigação clínica em psicologia: procedimentos de desenhos-estória – procedimento de desenho de família com estória**. São Paulo: Vetor, 1997.